

Exma. Presidenta Dilma Rousseff
Gabinete da Presidência da República
Pça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar
70.150-900 Brasília-DF

7 de dezembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Re: A preocupação das ONGs do Reino Unido perante o novo Código Florestal

Nós, as ONGs que assinam a presente carta e as organizações que fazem parte da Bond – a plataforma inglesa de ONGs no setor do desenvolvimento social global, gostaríamos de expressar nossa apreensão diante das alterações propostas ao Código Florestal. A reputação internacional do Brasil no combate ao desmatamento e às mudanças climáticas já está em jogo na Conferência sobre Mudanças Climáticas em Durban (COP 17), e assim estará na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a ser sediada no Brasil daqui a seis meses.

Os esforços do governo brasileiro para reduzir o desmatamento nos últimos anos, e seu compromisso para proteger a Floresta Amazônica são admirados por todos, não apenas pelo bem da biodiversidade e das comunidades dependentes da floresta, mas também por constituir um elemento essencial nos esforços globais no combate as mudanças climáticas. Diante disso, o recente aumento no nível de desmatamento na Amazônia é decepcionante, especialmente após os avanços para reduzir a degradação das florestas nos últimos anos.

Especialistas têm ligado esse aumento na destruição da floresta às alterações propostas ao Código Florestal - a principal lei de proteção às florestas do Brasil e que oferece proteção ambiental para áreas vulneráveis, como margens de rios e encostas íngremes. Se os proprietários de terra tiverem liberdade para limpar mais acres da floresta, o desmatamento vai aumentar - acadêmicos brasileiros estimam que 47 milhões de hectares de floresta estariam imediatamente vulneráveis a mais desmatamento¹.

As alterações propostas, incluindo as promessas de anistia, também poderiam levar a maiores conflitos de terra e disputas sobre os recursos naturais, como já vem ocorrendo em Rondônia e no Pará desde 24 de maio de 2011². Tais atos são uma trágica amostra do que pode acontecer quando os interesses das pessoas que tentam proteger a floresta para um bem maior entram em conflito com os interesses daqueles que pretendem explorar a floresta ilegalmente para obter retorno imediato.

Cientistas brasileiros afirmam que há mais de 60 milhões de hectares de terras degradadas ou subutilizadas que poderiam ser usados para aumentar a produção de alimentos, de modo que o desmatamento não pode ser visto como um pré-requisito para o desenvolvimento econômico³. Além da comunidade científica, 10 ex-Ministros do Meio Ambiente também advertem que as mudanças do Código Florestal poderão causar perda considerável de biodiversidade e impactos climáticos negativos⁴. Os maiores exportadores de soja, grandes fornecedores de carne bovina e marcas da indústria de calçados estão

¹ Institute for Applied Economic Research, (IPEA, Secretariat of Strategic Affairs, Brazilian Presidency)
Communication number 96 – Forest Code implications of the project of law 1876/99 in areas of Legal Reserve)

² <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-13536298>

³ <http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/en/abstract?point-of-view+bn00110042010>

⁴ <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/may/27/brazil-forest-protection-code>

conscientes que a proteção das florestas é chave para sua capacidade de conquistar os mercados internacionais.⁵

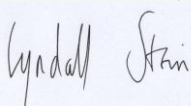
Vossa Excelência prometeu honrar os compromissos internacionais do governo anterior para reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% até 2020. Apesar deste compromisso, a proposta do novo Código Florestal foi aprovada pelo Senado no dia 6 de dezembro, sem levar em conta as principais questões levantadas pelas organizações da sociedade civil brasileira e da comunidade científica sobre as mudanças propostas:

1. Não ao aumento do desmatamento
2. Não a qualquer tipo de anistia para aqueles que desrespeitaram a lei e destruíram a floresta
3. Manutenção do controle ambiental - não permitir que os estados tenham capacidade para decidir sobre os limites de desmatamento

Caso estas questões não sejam resolvidas durante o processo legislativo para introduzir alterações ao Código Florestal, caberá a Vossa Excelência como Presidenta decidir o futuro das florestas brasileiras e da futura direção e liderança do Brasil em torno do desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, pedimos a Vossa Excelência que vete as propostas que levariam a retrocessos na legislação ambiental brasileira, de modo a continuar no caminho certo para cumprir suas promessas para reduzir o desmatamento na Amazônia em pelo menos 80% até 2020, e manter o Brasil na vanguarda dos esforços para combater as mudanças climáticas através do controle ao desmatamento.

Cordialmente,



Lyndall Stein

Interim Chief Executive, Bond

Em nome do Bond Development and Environment Group⁶



⁵ <http://www.leatherworkinggroup.com/blog/2011/10/lwg-concerned-that-pending-legislation-in-brazil-may-increase-deforestation/>
<http://www.princes.co.uk/about-princes/sustainability/beef-sustainability/>

⁶ Essa carta foi escrita pelo Bond Development and Environment Group (DEG), com contribuições das ONGs Client Earth, Greenpeace, IIED, The Rainforest Foundation and WWF. DEG é uma plataforma de 70 ONGs baseadas no Reino Unido com um interesse comum nas interações entre meio ambiente e desenvolvimento social. Por favor contate Kate Munro, Coordenadora do DEG, para qualquer questão sobre a presente carta (kate.munro@iied.org; + 44 (0) 20 7388 2117). Fundada em 1993, Bond é a plataforma inglesa de mais de 370 organizações da sociedade civil voltadas para o desenvolvimento social global (www.bond.org.uk).